

A
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

PROTOCOLO Nº 9275/14
Em: 19/09/14 h: 15:58
[Assinatura]
FUNCIONÁRIO

IMPUGNAÇÃO do Edital de Pregão Presencial nº 104/2014, aprazado para às 17:30 horas do dia 24 de Setembro de 2014, visando aquisição de pneus.

COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA., inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 88.197.330/0001/35, sediada na Av. Sete de Setembro, 236, Tapejara / RS, por seu representante legal firmatário, vem, à presença de V.S.^a, com fulcro, no art. 41, § 1º, da Lei 8.666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores, tempestivamente.

IMPUGNAR

O texto editalício do Pregão Presencial nº 104/2014, aprazado para às 17:30 horas do dia 24 de Setembro de 2014, visando aquisição de pneus, por conter **exigência ilegal**, restritiva a participação dos interessados no processo licitatório promovido por esta Administração, e ainda totalmente **direcionada a determinadas empresas**, isso pelos relevantes motivos de fato e razões de Direito a seguir aduzidos:

I – ESCLARECIMENTOS INICIAIS

Insurge-se a IMPUGNANTE por trata-se de licitação pública que visa a contratação de empresa(s) para aquisições de pneus, cujo edital, entre outras exigências, estabelece *ilegalmente e falho* nos itens:

- 1.1- Alínea J – II → Certificado de Regularidade expedida pelo Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
III → Declaração da ANIP de que o fabricante possui registro na Associação Nacional dos Fabricantes Pneumáticos.

88.197.330/0001-60
**COPAL - COMÉRCIO DE PNEUS
E ACESSÓRIOS LTDA.**

Av. 7 de Setembro, 236
CEP 99.950-000
Tapejara - RS

IV → Declaração de que dispões de suporte técnico em território nacional e garantia dos produtos.

II – DOS FATOS

1. A IMPUGNANTE é empresa nacional, regularmente constituída, devidamente qualificada e tecnicamente apta para licitar e contratar com a administração pública em geral. Atua no comércio atacadista e varejista de pneus, câmaras de ar e protetores para câmaras de ar, de diversos modelos e aplicações. No que se refere aos pneus, câmara e protetores de câmaras de ar comercializa marcas de *importação regular*.

2. É tradicional importadora de manufaturados de borracha da marca FUNSA, assim como igualmente comercializa produtos regularmente importados por terceiros, entre outras, a marca Fate, ambas originárias de países membros do MERCOSUL. Os produtos por ela comercializados, especialmente no que se refere aos pneus, são identificados com selo de controle de qualidade e devidamente certificados, atendendo integralmente as normas técnicas brasileiras vigentes, emanadas do competente órgão fiscalizador e certificador, tais como o Regulamento Técnico RTQ 41, com avaliação do IQA – Instituto de Qualidade Automotiva, a Portaria INMETRO nº 5, de 14 de janeiro de 2000 e a Norma INMETRO nº NIE-DQUAL-044, de julho de 2000.

3. De posse do edital em tela, constatou a existência da *irregular exigibilidade* contida no texto editalício, motivo pelo qual oportuna e tempestivamente se manifesta, na busca de justas providências para a correção do apontado vício.

4. O edital do Pregão Presencial, como normalmente ocorre, define as condições e especificações relativas aos itens que a administração pretende adquirir. Dentre as condições acerca das especificações contidas, ressaltara-se por absurda, nos itens:

1.2- Alínea J – II → Certificado de Regularidade expedida pelo Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

III → Declaração da ANIP de que o fabricante possui registro na Associação Nacional dos Fabricantes Pneumáticos.

IV → Declaração de que dispões de suporte técnico em território nacional e garantia dos produtos.

III – DO DIREITO

5. Como nossa Carta Magna e a própria legislação de licitação prevêem, deve prevalecer a igualdade entre os licitantes, sendo que somente é possível estabelecer-se restrições ou vedações no que concerne a algum aspecto que seja pertinente ao objeto do contrato. Prescreve a Constituição Federal:

“art. 37 A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e também ao seguinte:

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

(...)”

(Grifo Nosso)

6. As exigências de apresentar prova de inscrição do fabricante junto à **ANIP** (Agência Nacional da Indústria de Pneumáticos); declaração assinada pelo fabricante (não pela distribuidora) dos pneus cotados, **que possua no Brasil um corpo técnico** responsável por qualquer tipo de garantia; e produtos

originais de fábrica, primeira linha, usados em linha de produção de montadoras nacionais de veículos e implementos e lbama do fabricante e declaração de garantia do fabricante (haja vista que esta é substituída pelo fornecedor, conforme elenca o CDC), são **totalmente ilegais**, não tem amparo na Lei de Licitações. Observe-se que apenas é lícito ao Administrador público **exigir apenas e tão somente os documentos arrolados entre o art. 28 e 31, nunca extrapolando tal lista exaustiva**, observe:

(...) 9.2. determinar ... que nas futuras licitações, para efeito de habilitação dos interessados, abstenha-se de fazer exigências que excedam aos limites fixados nos arts. 27 a 33 da Lei nº 8.666, de 1993; (**Acórdão 39/2008 – Plenário**).

7. Ainda, a qualificação exigida para fins de habilitação deve ser somente aquela indispensável e suficiente para garantir a regular execução do objeto contratado. É isso que estabelece a parte final do inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal, além do mais, **os requisitos de qualificação técnica exigidos dos proponentes devem ser justificados pela área técnica, a fim de garantir a lisura de tal expediente**, uma vez que as condições a serem exigidas **podem restringir competitividade da licitação**, assim se no processo administrativo inexistir a devida justificativa da razão para a exigência, tal edital deverá ser representado ao Tribunal de Contas competente; abaixo segue um TCU para arrimar o pleito da licitante:

TCU – Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara – “Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes”.

8. Finalmente quanto as exigências feitas no edital é ilegal, por isso que a Lei 8.666/93 (artigos 27 e seguintes) limita os documentos exigíveis, nos quais não se incluem os requisitos malsinados. Ademais, a Súmula nº 15 do Tribunal diz que, em procedimento licitatório, **é vedada a exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiros alheio à disputa**, e a Súmula nº 17 **proíbe que se exijam, para fins de habilitação, certificações de qualidade ou quaisquer outras não previstas em Lei**.

09. Segundo defende o notável mestre **Celso Antônio Bandeira de Melo** em sua obra “Curso de Direito Administrativo”, 6ª edição, capítulo IX, página 296:

"(...) O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do texto constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do processo licitatório e veda o estabelecimento de preferências em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes, bem como de empresas brasileiras ou estrangeiras ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato."

(Grifo Nosso)

ensina que:

10. Também o renomado mestre Marçal Justen Filho,

"O edital deverá subordinar-se aos preceitos constitucionais e legais. Não poderá conter proibição ou exigências que eliminem o exercício do direito de licitar, importem distinções indevidas ou acarretem preferências arbitrárias.(...)"

(Grifo Nosso)

("Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos", 5ª edição, pg. 380)

11. Na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 diz:

- No Art. 3.º § 1.º

É vedado aos agentes públicos:

88.197.330/0001-60
COPAL - COMÉRCIO DE PNEUS
E ACESSÓRIOS LTDA.
Av. 7 de Setembro, 236
CEP 99.950-000
Tapejara - RS

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam... e estabeleçam preferências...** ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

12. A exigência de apresentar prova de inscrição do fabricante junto à **ANIP** (Agência Nacional da Indústria de Pneumáticos); declaração assinada pelo fabricante (não pela distribuidora) dos pneus cotados, **que possua no Brasil um corpo técnico** responsável por qualquer tipo de garantia, e produtos originais de fábrica, primeira linha, **usados em linha de produção de montadoras nacionais de veículos e implementos e ibama do fabricante**, fere violentamente o princípio constitucional da isonomia.

13. Ainda, este Pregão Presencial é do tipo menor preço por item, o que deve ser julgado através do menor preço, portanto a exigência de apresentar prova de inscrição do fabricante junto à **ANIP** (Agência Nacional da Indústria de Pneumáticos); declaração assinada pelo fabricante (não pela distribuidora) dos pneus cotados, **que possua no Brasil um corpo técnico** responsável por qualquer tipo de garantia, e produtos originais de fábrica, primeira linha, **usados em linha de produção de montadoras nacionais de veículos e implementos**, estão sendo solicitadas descabidas, uma vez que a Lei 8.666/93 limita a documentação relacionada, não mencionando nenhuma dessas exigências, até poderia ser solicitada a mesma em uma licitação de técnica e não de preços. Com agravante para a ANIP, pois a Constituição Federal garante a livre associação (ou não), ninguém é obrigado a se associar.

14. Vê-se que a vedação imposta pela carta licitatória em apreço se contrapõe veementemente à legislação, pois impede a participação de empresas que, como a ora IMPUGNANTE, têm todas as condições para participar do processo licitatório.

15. Importante que fique claro, especialmente no que se refere aos pneus, a competência da Administração para exigir dos Licitantes interessados, o necessário enquadramento dos itens de pneus nas normas técnicas brasileiras, conferindo no ato do recebimento dos materiais, a existência do selo de qualidade e de conformidade concedido pelo INMETRO, órgão competente para

estabelecer o indispensável conceito de avaliação da segurança e da qualidade dos itens de pneus, em especial. Devem atender o Regulamento Técnico RTQ 41 de avaliação do IQA – Instituto de Qualidade Automotiva, a Portaria INMETRO nº 5, de 14 de janeiro de 2000 e a Norma INMETRO nº NIE-DQUAL-044, de julho de 2000, *excetuando-se dessa exigibilidade, é claro, aqueles pneus do tipo militar, os de uso fora de estrada, os industriais e os agrícolas, que não são alcançados pela Norma INMETRO, assim como câmaras de ar e protetores de câmaras (ver Normas citadas).*

16. Cabe também ressaltar, por oportuno, que a Fábrica Uruguaya de Neumáticos S.A. - FUNSA, assim como Pneus FATE, da Argentina, a exemplo das indústrias nacionais, oferecem garantia de até 05 (cinco) anos para seus produtos, garantia esta que é regularmente prestada pelos seus revendedores e distribuidores, atendendo a Legislação vigente e ao Código de Defesa do Consumidor, onde couber. Da mesma forma, os revendedores e distribuidores de artefatos de borracha como câmaras de ar e protetores de aro, normalmente oferecem para o mercado a garantia de até 3 (três) anos para itens como câmaras de ar e protetores de aro, isso independente de serem de procedência nacional ou de importação.

17. Contrariando o acima exposto esta administração incluiu, tolerou e restringiu condições capazes de frustrar o processo licitatório e o caráter competitivo do mesmo, tais condições que apontaremos a seguir:

No que se refere que as empresas deverão apresentar prova de inscrição do fabricante junto à **ANIP** (Agência Nacional da Indústria de Pneumáticos); declaração assinada pelo fabricante (não pela distribuidora) dos pneus cotados, **que possua no Brasil um corpo técnico** responsável por qualquer tipo de garantia, e produtos originais de fábrica, primeira linha, **usados em linha de produção de montadoras nacionais de veículos e implementos, exigências totalmente direcionadas e ilegais;**

IV – DO PEDIDO

17. Face ao acima exposto, em respeito ao princípio constitucional da isonomia e economicidade bem como à legislação complementar já referida, pede que Vossa Senhoria se digne rever os Atos desta Administração como possibilita a Lei, e por justiça:

1.3- Exclua do texto editalício em questão, a exigências viciadas nos itens Alínea J – II, III, IV

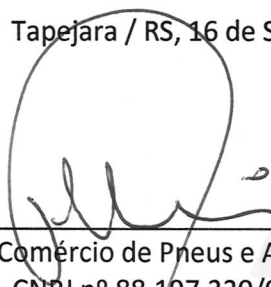
b) permita a ampliação da disputa e a participação de empresas que comprovadamente reúnam condições para licitar e contratar com a administração pública, observadas as questões de garantias, de especificação e de qualidade, bem como todas as normas técnicas brasileiras vigentes.

18. Supletivamente, sendo necessário, sejam encaminhadas as anexas razões à apreciação da autoridade superior, forte no que dispõe o art. 109 da Lei 8.666/93, para que analise e decida em última instância, no intuito de reformar a regra ora impugnada.

19. Cabe informar, que estamos analisando o encaminhamento deste edital, bem como, desta impugnação ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.

Termos em que pede deferimento.

Tapejara / RS, 16 de Setembro de 2014.



Copal Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.

CNPJ nº 88.197.330/0001/60

Sirinei Panizzon

CPF nº. 204.208.700/91

RG nº. 6005103831

Diretor

88.197.330/0001-60

**COPAL - COMÉRCIO DE PNEUS
E ACESSÓRIOS LTDA.**

Av. 7 de Setembro, 236

CEP 99.950-000

Tapejara - RS

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.

O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 29/08/2014 às 08:19:08 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b7bb2596217e4a6c54f3fe4ef5a063680763891e48aec023b580efcef821
08a133f900db2608fb3eeeb3ee77ba9ef5f60fa2b04b89afb5bb86545999b15f29de1

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

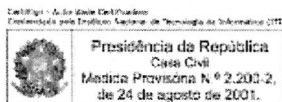
Esta certidão tem a sua validade até: 29/08/2015 às 02:20:09 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 287063

Código de Controle da Autenticação:

39552808140950560594-1 a 39552808140950560594-3

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



ALTERAÇÃO Nº16 E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA

CNPJ/MF: 88197330/0001-60 – NIRE: 43200494509 (03/06/1982)

Entre o Sr. **SIRINEI PANIZZON**, brasileiro, natural de Tapejara, RS, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na rua Silva Jardim, 1760, bairro Sol Nascente, nesta cidade de Tapejara, RS, CEP: 99950-000, RG: 6005103831 - SSP/RS, CPF: 204.208.700-91, e a Srta. **MARIA VITORIA PANIZZON**, brasileira, solteira, estudante, natural de Tapejara, RS, nascida a 07/09/1994, RG: 8082503759 – SSP/RS, CPF: 008.054.740-05, residente e domiciliada na rua Silva Jardim, 1760, bairro Sol Nascente, nesta cidade de Tapejara, RS, CEP: 99950-000, sócios componentes da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de “**COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA**”, com sede na av. 7 de Setembro, 236, Edif. Itália, bairro Centro, nesta cidade de Tapejara, RS, CEP: 99950-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 88197330/0001-60, NIRE: 43200494509, de 03/06/82, ficou justo e acertado a seguinte alteração contratual:

1 – É admitida na sociedade a Srta. **STÉPHANIE PANIZZON**, brasileira, solteira, estudante, natural de Tapejara, RS, nascida a 04/11/1991, RG: 2062965682 – SSP/RS, CPF: 008.054.710-90, residente e domiciliada na rua Silva Jardim, 1760, bairro Sol Nascente, nesta cidade de Tapejara, RS, CEP: 99950-000;

2 – O sócio Sirinei Panizzon cede e transfere em venda para a sócia ora admitida na sociedade, Srta. Stéphanie Panizzon, a quantia de 37.500 (trinta e sete mil e quinhentas) quotas, com valor nominal de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), pelo preço certo e ajustado de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), pagos nesta data, em moeda corrente nacional, dos quais o sócio cedente dá plena e geral quitação;

3 – O sócio Sirinei Panizzon cede e transfere em venda para a sócia Maria Vitoria Panizzon, a quantia de 19.860 (dezenove mil, oitocentas e sessenta) quotas, com valor nominal de R\$ 19.860,00 (dezenove mil, oitocentas e sessenta reais), pelo preço certo e ajustado de R\$ 19.860,00 (dezenove mil, oitocentas e sessenta reais), pagos nesta data, em moeda corrente nacional, dos quais o sócio cedente dá plena e geral quitação;

4 – Procedida a alteração acima referida, o Capital Social fica assim distribuído na sociedade:

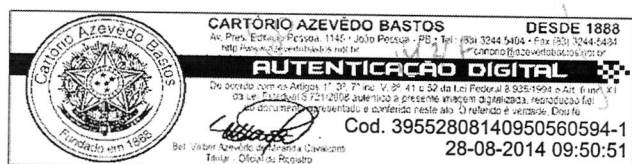
a) Sirinei Panizzon	225.000 quotas	R\$ 225.000,00
b) Maria Vitoria Panizzon.....	37.500 quotas	R\$ 37.500,00
c) Stéphanie Panizzon.....	37.500 quotas	R\$ 37.500,00
TOTAL	300.000 QUOTAS	R\$ 300.000,00

5 – Os sócios resolvem aumentar o Capital Social da sociedade, atualmente em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), mediante o aproveitamento de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de parte da Conta Lucros Acumulados;

6 – Com o aumento mencionado no artigo anterior, o Capital Social da sociedade passa a ser de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), dividido em 600.000 (seiscentas mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas na sociedade:

a) Sirinei Panizzon	450.000 quotas	R\$ 450.000,00
b) Maria Vitoria Panizzon.....	75.000 quotas	R\$ 75.000,00
c) Stéphanie Panizzon.....	75.000 quotas	R\$ 75.000,00
TOTAL	600.000 QUOTAS	R\$ 600.000,00

7 – Face a modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:



CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

1 – A sociedade gira sob o nome empresarial de “**COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA**”;

2 – A sociedade tem a sua **sede** na av. 7 de Setembro, 236, Ed. Itália, bairro Centro, nesta cidade de Tapejara, RS, CEP:99950-000;

3 – O **objeto social** é o comércio varejista e importação de pneumáticos e câmaras de ar (4530-7/05) e acessórios para veículos e máquinas agrícolas; serviço de transporte rodoviário de cargas intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2/02); aluguel de imóveis próprios (68.10-2/02);

4 – O **capital social** é de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), dividido em 600.000 (seiscentas mil) quotas de valor nominal R\$1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizadas, assim subscritas:

a) Sirinei Panizzon	450.000 quotas	R\$ 450.000,00
b) Maria Vitoria Panizzon.....	75.000 quotas	R\$ 75.000,00
c) Stéphanie Panizzon.....	75.000 quotas	R\$ 75.000,00
TOTAL	600.000 QUOTAS	R\$ 600.000,00

5 – A sociedade **iniciou** suas atividades em 20 de maio de 1982 e seu prazo é indeterminado;

6 – As **quotas** são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente;

7 – A **responsabilidade** de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;

8 – A **administração** da sociedade cabe ao sócio Sirinei Panizzon, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social;

Parágrafo Único: A sociedade poderá ser administrada por pessoa estranha ao quadro societário, mediante a designação deste ser aprovada por todos os sócios, observando os termos do caput desta cláusula;

9 – Ao término de cada **exercício**, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados;

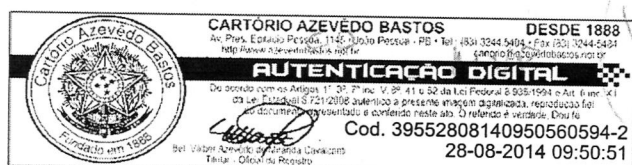
10 – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios **deliberarão** sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso;

Parágrafo Único: As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, sendo sua convocação pessoal, tendo protocolo de ciência ou através de carta registrada com aviso de recebimento (AR);

11 – A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar **filial** ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios;

12 – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma **retirada mensal**, a título de “pro labore”, bem como a distribuição de lucro, que poderá ser mensal ou não, observadas as disposições regulamentares pertinentes;

13 – **Falecendo ou interditado** qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.



Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio;

14 – O administrador declara, sob as penas da lei, de que **não está impedido** de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade;

15 – As **deliberações** dos sócios serão tomadas em reunião, observadas as seguintes formalidades:

I – As reuniões serão convocadas pelos administradores ou pelos sócios em igualdade de condições;

II – Os sócios deverão ser convocados pessoalmente, por escrito, mediante recibo, com prazo de antecedência de 05 (cinco) dias em primeira convocação e de 03 (três) dias em segunda convocação;

III – A primeira via da convocação ficará de posse do sócio e a Segunda, devidamente assinada, será arquivada na sociedade;

IV – A convocação deverá conter: hora, dia, mês, ano, ordem do dia e local da reunião. Salvo motivo de força maior, as reuniões ocorrerão sempre na sede da sociedade;

V – Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os sócios, ou se estes se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia;

VI – Dos trabalhos e deliberações será lavrada Ata, de forma sumária, em livro de folhas soltas, (em duplicata), que será assinada por tantos quantos bastem à validade das deliberações. Deverão ainda os presentes deliberar, conforme a matéria tratada e obedecendo as disposições legais, se a Ata será ou não levada a registro na Junta Comercial;

VII – Em caso de dissidência ou recusa em receber a convocação, a mesma será feita por notificação extrajudicial, cabendo as custas da diligência àquele que recusar o recebimento da notificação;

Parágrafo Único: Dispensa-se as formalidades de reunião quando em alterações contratuais ou demais deliberações, todos os sócios decidirem por escrito a matéria;

16 – O sócio **remisso, declarado falido** ou que tenha sua quota liquidada será excluído da sociedade. Também aquele que colocar em risco a continuidade da empresa por atos de inegável gravidade será excluído por justa causa;

17 – Fica eleito o **foro de Tapejara, RS**, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

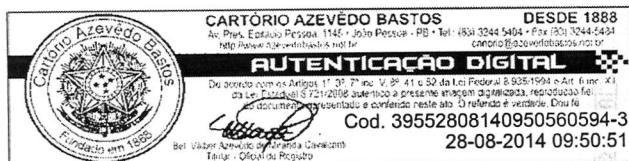
E por estarem assim justos e contratados, assinam a presente alteração em três vias de igual teor e forma.

Tapejara, 27 de junho de 2014.

Sirinei Panizzon

Maria Vitória Panizzon

Stéphanie Panizzon



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/08/2014 SOB Nº: 3983443

Protocolo: 14/221879-0, DE 05/08/2014

Empresa: 43 2 0049450 9

ÓRGÃO COMPETENTE DE REGISTRO E

REGISTRO DE TÍTULOS

JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL